

## EVOLUÇÃO DA MORALIDADE E TEORIA DO ERRO MORAL

Karen Giovana Videla da Cunha Naidon\*

**Resumo:** Richard Joyce é um dos defensores da teoria do erro moral, segundo a qual os sujeitos teriam crenças morais, mas estas seriam provavelmente falsas, devendo, portanto, serem desacreditadas. Um dos pontos de partida do autor para sustentar dito posicionamento consiste na hipótese evolucionista acerca da moralidade, conforme a qual o senso moral dos seres humanos, a tendência que eles têm de considerar algumas ações como moralmente obrigatórias, enquanto outras como moralmente proibidas, seria uma adaptação biológica, isto é, uma característica que foi selecionada ao longo do processo evolutivo. Segundo o autor, contudo, essa hipótese não seria suficiente para estabelecer um posicionamento metaético tão forte quanto o que ele sustenta. O autor tem, então, de suplementar referida hipótese a fim de embasar seu posicionamento. O presente trabalho objetiva proceder a uma breve reconstrução do percurso argumentativo de Joyce para dar sustento à teoria do erro, a fim de esclarecer precisamente o papel nela exercido pela hipótese evolucionista acerca da moralidade. Na primeira parte do trabalho, será apresentada a hipótese evolucionista sobre a moralidade e, na segunda parte, será apresentada a argumentação de Joyce a favor da teoria do erro.

**Palavras-chave:** Richard Joyce. Explicação Evolucionista da Moralidade. Teoria do Erro Moral. Crenças Morais.

### Introdução

Um considerável número de estudiosos em filosofia moral tem passado a levar em consideração as explicações fornecidas pela teoria da evolução a respeito do comportamento moral humano quando da elaboração de suas próprias concepções sobre o tema. Ao assumir essa postura, diversos têm sido os posicionamentos resultantes, dependendo do peso conferido a essas explicações em comparação com outros fatores que podem ser considerados no estudo da moralidade. Dentre os posicionamentos possíveis ao se partir da adoção dessa postura metodológica, o qual será especificamente abordado neste trabalho, está a concepção metaética conhecida como teoria do erro moral.

---

\* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista CAPES. E-mail: [karengvidela@yahoo.com.br](mailto:karengvidela@yahoo.com.br)

Richard Joyce (2003) é um dos defensores da teoria do erro, o qual sustenta que, embora os sujeitos tenham crenças morais, haveria razões para pensar que estas são provavelmente falsas, devendo, portanto, serem desacreditadas. Um dos pontos de partida da argumentação do autor para sustentar dito posicionamento consiste, justamente, na hipótese evolucionista acerca da origem da moralidade na espécie humana, conforme a qual o senso moral dos seres humanos, a tendência que eles têm de considerar algumas ações como moralmente obrigatórias, enquanto outras como moralmente proibidas, seria uma adaptação biológica, isto é, uma característica que foi selecionada ao longo do processo evolutivo devido aos seus benefícios biológicos.

Segundo o autor, contudo, essa hipótese não seria suficiente para estabelecer um posicionamento metaético tão forte quanto o que ele sustenta. O autor tem, então, de suplementar referida hipótese a fim de embasar seu posicionamento. Diante disso, o presente trabalho objetiva proceder a uma breve reconstrução do percurso argumentativo de Joyce para dar sustento à sua teoria do erro, a fim de esclarecer precisamente o papel nela exercido pela hipótese evolucionista acerca da moralidade. Na primeira parte do trabalho, será apresentada a hipótese evolucionista sobre a moralidade e, na segunda parte, será apresentada a argumentação de Joyce a favor da teoria do erro.

## **1 Hipótese evolucionista acerca da moralidade**

Segundo uma explicação evolucionista do fenômeno da moralidade, ele seria uma adaptação biológica, isto é, um produto do processo de evolução da espécie humana. Sendo assim, a tendência que os seres humanos têm de considerar algumas ações como moralmente obrigatórias, enquanto outras ações como moralmente proibidas, seria uma característica que foi selecionada no decorrer da história evolutiva da espécie humana. (JOYCE, 2000, p. 714) A partir dessa explicação, a existência do fenômeno da moralidade na espécie humana é vista como decorrente de sua utilidade para a melhora das condições de vida e para a sobrevivência daqueles que agem em conformidade com ela. (HARMS, 2000, p. 699)

Michael Ruse é um dos autores mais influentes dentre os que partem dessa perspectiva, a cujas visões Joyce recorre em certos momentos para explicar seu próprio posicionamento. Segundo Ruse, os seres humanos atribuiriam objetividade ao discurso moral, isto é, tratariam as reivindicações morais como reivindicações sobre o mundo. Contudo, essa

crença humana na objetividade das reivindicações morais seria uma ilusão, visto que não haveria, no mundo, referentes para tais reivindicações.

Tal ilusão, conforme Ruse, teria sido impingida sobre os seres humanos ao longo de sua história evolutiva, pelo fato de ter se mostrado útil para a melhora das condições de vida e sobrevivência da espécie. Para o autor, seria graças à ilusão de que os requerimentos morais são objetivos que a moralidade teria sua efetividade, isto é, atuaria como um meio de moldar o comportamento humano, de forma a maximizar a melhora das condições de vida e sobrevivência da espécie.

Referida utilidade da crença na objetividade da moralidade é explicada por Ruse da seguinte maneira. De acordo com a Teoria da Evolução, todos os organismos teriam surgido através de um processo de evolução lento e natural. (RUSE, 1995a, p. 226) Tal processo se daria pelo seguinte mecanismo: já que os recursos disponíveis no ambiente são inferiores ao que seria necessário para a sobrevivência e reprodução de todos os organismos que nascem, estes acabariam tendo que competir por tais recursos e os mais bem sucedidos na disputa seriam, assim, selecionados naturalmente. Nesse processo, a maior adaptabilidade de um organismo ao meio o favoreceria em referida disputa. Como Ruse observa, porém, embora o processo evolutivo possa começar com a competição por recursos escassos, isso não implicaria a existência de permanentes combates violentos. Isso porque, segundo ele, a cooperação entre indivíduos (sobretudo entre indivíduos da mesma espécie) seria capaz de trazer, muitas vezes, muito mais benefícios evolutivos (isto é, um maior ganho em adaptabilidade) do que se poderia obter por meio da aniquilação do outro indivíduo por meio de uma disputa. Conforme Ruse, essa cooperação a fim de obter benefícios evolutivos pessoais tem sido chamada de “altruísmo biológico”, o qual estaria presente em várias espécies, inclusive na espécie humana. (1995a, p. 228)

A hipótese de Ruse a respeito da evolução do senso moral humano, à qual Joyce adere, consiste na suposição de que o mesmo teria se desenvolvido, justamente, como uma forma de garantir o altruísmo biológico. Para fazer os seres humanos cooperarem a fim de atingir as vantagens biológicas que isso pode trazer (altruísmo biológico), a evolução os fez desenvolver disposições inatas para cooperar em nome “dessa coisa a que chamamos moralidade”, enchendo-os de “pensamentos sobre o certo e o errado, [da] necessidade de ajudar nossos companheiros e assim por diante.” (1995a, p. 230)

## **2 Argumentação de Joyce a favor da teoria do erro**

Como dito anteriormente, Joyce sustenta a concepção metaética conhecida como teoria do erro, a qual é comumente descrita como o posicionamento resultante da adoção das duas seguintes teses: (1) o cognitivismo moral, de acordo com o qual os enunciados morais expressam proposições — e, portanto, podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos —, bem como um estado cognitivo do sujeito que os profere, ou seja, sua crença moral; e (2) o antirrealismo moral, segundo o qual fatos morais não existem. A consequência de sustentar tanto (1) quanto (2) é sustentar que os enunciados morais proferidos pelos agentes em seu discurso moral são falsos, uma vez que os fatos que eles pretendem descrever não existem. Sendo assim, ao se sustentar crenças morais, está-se incorrendo em um erro massivo.

A estratégia de Joyce para argumentar a favor da teoria do erro consiste em tentar mostrar que as crenças morais carecem de justificação e que há razões para se pensar, ademais, que elas são provavelmente falsas. Um dos seus pontos de partida nessa argumentação é a hipótese evolucionista sobre a origem da moralidade. Porém, como o próprio autor reconhece, a mesma não estaria apta a, isoladamente, embasar um posicionamento tão forte quanto o que ele pretende sustentar, fazendo-se necessárias algumas suplementações. Neste momento, então, cabe indagar: *Por que ela seria insuficiente para dar sustento à teoria do erro?; A que conclusão a respeito das crenças morais é possível chegar partindo-se dela?*

Ao sustentar que a hipótese evolucionista acerca da moralidade seria insuficiente para dar sustento à teoria do erro, Joyce parece estar discordando de argumentações como a de Ruse, a qual, na interpretação de Joyce, parte dessa hipótese — aliada à aplicação da Navalha de Ockham — para sustentar o antirrealismo moral e, assim, dar sustento à teoria do erro. Para compreender referida argumentação, é salutar ter em mente um experimento de pensamento proposto por Ruse e reformulado posteriormente por Joyce, do qual ambos os autores extraem conclusões distintas.

Dito experimento consiste em propor que se imagine duas situações possíveis para o mundo atual. Na primeira delas, o mundo conteria requerimentos morais objetivos, isto é, requerimentos morais existiriam, e eles tornariam verdadeiros pelo menos alguns dos enunciados morais que os seres humanos proferem. Os seres humanos, por sua vez, tenderiam a tomar algumas ações como moralmente requeridas — e outras como moralmente proibidas — em virtude da maneira como se deu sua história evolutiva. Na segunda situação, por outro lado, o mundo não conteria requerimentos morais, ou seja, requerimentos morais não

existiriam, e, portanto, não haveria nada capaz de tornar os enunciados morais proferidos pelos seres humanos verdadeiros. Do mesmo modo como na primeira situação, os seres humanos teriam a disposição para tomar algumas ações como moralmente requeridas — e outras como moralmente proibidas — em virtude de como se deu sua história evolutiva. (JOYCE, 2003, p. 163)

Na interpretação de Joyce, Ruse propõe o experimento a fim de “empregar o argumento da Navalha de Ockham contra o realismo moral.” (2003, p. 163) A partir do experimento, Ruse afirma que qualquer fundação objetiva que se pretenda alegar que a moralidade possui será redundante — e ele parece supor que essa fundação objetiva depende, pelo menos na interpretação de Joyce, de que exista algo que torne os enunciados morais verdadeiros, o que Joyce prefere explicar simplesmente em termos da existência ou não de *requerimentos morais objetivos* —, pois simplesmente não acrescentará nada, não interferirá na tendência dos seres humanos a formar determinadas crenças morais. Em sendo redundante, ela será desnecessária para a explicação do fenômeno da moralidade e poderá ser eliminada aplicando-se a Navalha de Ockham, que é o princípio segundo o qual não se deve postular entidades se isto não for necessário para explicar os fenômenos que se pretende explicar. A conclusão a que ele chega, conforme a interpretação de Joyce, é que não há fundação objetiva para a moralidade e que o realismo moral é, portanto, falso. (2003, p. 163)

Conforme Joyce, entretanto, partir da hipótese evolucionista sobre a moralidade e recorrer à Navalha de Ockham não seria suficiente para excluir que a moralidade tenha uma fundação objetiva, como pensa Ruse. Isso porque, segundo ele, seria possível estabelecer condições de verdade objetivas para enunciados morais a partir de tal hipótese sem que seja necessário postular novas entidades além das que já são assumidas na própria hipótese. Nesse sentido são os desenvolvimentos teóricos de autores como William Rottschaefer e David Martinsen, os quais são citados por Joyce como exemplos de autores que tentam oferecer uma justificação — ou, como Ruse diria, uma fundação objetiva — para a moralidade a partir da hipótese evolucionista. Por motivo de brevidade, não se pretende aqui adentrar nos detalhes da proposta desses dois autores. Vale mencionar, não obstante, que Joyce considera sua proposta inviável, mas não pela mesma razão que Ruse a consideraria: Joyce pensa que propostas como essa são inviáveis porque incorrem na assim chamada *falácia naturalista*, isto é, no erro de tentar extrair prescrições a partir de descrições, de fatos sobre a história evolutiva da espécie humana. (2003, p. 158)

Na visão de Joyce, a conclusão a que é possível se chegar a partir da hipótese evolucionista seria bem mais modesta: ela permitiria concluir que as crenças morais dos seres humanos não são crenças justificadas. No experimento de pensamento antes aduzido, pode-se notar que em ambas as situações possíveis para o mundo atual, a saber, existindo ou não existindo requerimentos morais objetivos, os seres humanos tenderiam a tomar algumas ações como moralmente requeridas — e outras como moralmente obrigatórias. O que isto estaria dizendo, segundo Joyce, é que os seres humanos formam suas crenças morais de forma independente da existência de requerimentos morais objetivos dos quais os seres humanos possam ter, de alguma maneira, algum vestígio, algum indício de que suas crenças morais são verdadeiras. Em outras palavras, os seres humanos formam suas crenças morais independentemente de terem qualquer evidência para as mesmas.

Que isto seja o caso depende tão somente da credibilidade da hipótese evolucionista sobre a origem da moralidade, já que, de acordo com ela, os seres humanos formam suas crenças morais por causa de uma disposição natural herdada geneticamente, a qual é uma adaptação biológica, uma característica que foi selecionada ao longo da história evolutiva da espécie. Conforme a hipótese evolucionista, portanto, os seres humanos formam suas crenças morais independentemente de estarem expostos a qualquer evidência a respeito delas.

Se as crenças morais são formadas dessa maneira, então não se pode dizer, segundo Joyce, que o processo de formação das crenças morais seja um processo epistemologicamente confiável. Como o autor observa, para um processo de formação de crenças poder ser considerado confiável, é necessário que haja uma relação de dependência entre tal processo e o conteúdo das crenças — aquilo que se toma como sendo verdadeiro ao se crer. Em outras palavras, esse processo tem de mostrar sensibilidade à evidência, o que não ocorre com o processo de formação de crenças morais.

Se o processo de formação de crenças morais não é confiável, então não é possível dizer que se tem alguma *razão* a favor das mesmas, isto é, a verdade das crenças morais é posta em dúvida, e, por conseguinte, as crenças morais acabam por carecer de justificação. Esta seria, na visão de Joyce, a conclusão a que se pode chegar a partir da hipótese evolucionista sobre a moralidade, na medida em que ela fornece uma explicação do processo formador de crenças morais e mostra que o mesmo não é sensível à evidência (JOYCE, 2003, p. 163).

Para sustentar que crenças morais, além de não possuírem justificação, são também provavelmente falsas, como pretende Joyce, são necessárias algumas suplementações em sua

argumentação, o que ele faz recorrendo a um segundo experimento de pensamento. Ele pede para que se imagine um mundo de criaturas inteligentes e que vivem de forma semelhante aos seres humanos, mas que não possuem crenças morais, uma vez que o fenômeno da moralidade não se desenvolveu em sua espécie. Além disso, essas criaturas tem um soberano que mantém algumas delas em um campo de trabalhos forçados para posterior extermínio, a fim de inculcar medo nas demais criaturas e, assim, garantir a obediência a suas ordens. Se os seres humanos pudessem ver o que ocorre nesse mundo, eles explicariam as ações do soberano, provavelmente, como atos de depravação moral, pois sua história evolutiva os fez ter a tendência a classificar as ações com o uso de conceitos morais como esse. As criaturas que habitam esse mundo imaginário, entretanto, explicariam tais ações sem a utilização de conceitos morais, fornecendo, talvez, uma explicação em termos de conceitos como desejo, intenção e crença, dizendo, por exemplo, que as ações do soberano tiveram a *intenção* de inculcar medo, algo que ele *desejava*, e decorreram da *crença* dele de que essa seria uma forma adequada para alcançar esse resultado. (JOYCE, 2003, p. 167)

Para Joyce, entre essas duas explicações possíveis para o mesmo evento, a melhor delas seria aquela fornecida pelas criaturas do mundo imaginário, a qual não recorre a conceitos morais. A razão disso, segundo o autor, seria que a explicação não humana imaginada consegue explicar adequadamente a ação do soberano, sem deixar nenhum aspecto dela inexplicado, tendo, portanto, o mesmo poder explicativo que a explicação humana. Porém, na medida em que ela faz isso recorrendo apenas a desejos, intenções e crenças, ela se mostraria, conforme Joyce, superior à explicação humana, por não recorrer a itens ontologicamente misteriosos, estranhos, como a depravação moral, por exemplo, por ser mais simples, por ser mais inteligível e, por fim, por ser passível de teste empírico.

Joyce pensa que considerações como essas mostram que é possível concluir que as crenças morais dos seres humanos são provavelmente falsas, visto que, por meio delas, o mundo é explicado de uma maneira mais provavelmente falsa, por ser menos simples, menos inteligível, não completamente testável e com recurso a itens ontologicamente misteriosos, estranhos.

Após o percurso argumentativo recém reconstruído, a conclusão geral de Joyce é que a hipótese evolucionista sobre a origem da moralidade, ao mostrar que o processo pelo qual os seres humanos formam suas crenças não é confiável, permite concluir que as mesmas carecem de justificação. Ademais, tais crenças seriam provavelmente falsas, mas isto poderia ser concluído a partir do fato de que a explicação do mundo com recurso a elas é

pragmaticamente inferior a outras explicações possíveis, devendo, por isso, ser considerada mais provavelmente falsa.

### **Referências bibliográficas**

HARMS, W. F. Adaptation and Moral Realism. In: **Biology and Philosophy**, 15, pp. 699-712, 2000.

JOYCE, R.. Darwinian ethics and error. In: **Biology and Philosophy** 15, pp. 713-732, 2000.

\_\_\_\_\_. **The Myth of Morality**. Cambridge: Cambridge University Press , 2003.

RUSE, M. Evolutionary Ethics: a Phoenix Arisen. In: THOMPSON, P. (Ed.) **Issues in Evolutionary Ethics**. New York: State University New York Press, 1995a. pp. 225-247.